

LUIZ EDSON FACHIN
LUÍS ROBERTO BARROSO
ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ
COORDENADORES

A CONSTITUIÇÃO DA
DEMOCRACIA
EM SEUS 35 ANOS

PREFÁCIO
ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

FORUM

Luiz Edson Fachin
Luís Roberto Barroso
Álvaro Ricardo de Souza Cruz
Coordenadores

A CONSTITUIÇÃO DA
DEMOCRACIA EM
SEUS 35 ANOS

Prefácio
Álvaro Ricardo de Souza Cruz

Área específica
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins
DIREITO CIVIL; PROCESSO CIVIL; DIREITO
AMBIENTAL; DIREITOS HUMANOS E DIREITOS
FUNDAMENTAIS; HERMENÊUTICA JURÍDICA;
DIREITO ECONÔMICO; DIREITO TRIBUTÁRIO;
DIREITO ADMINISTRATIVO;
TEORIA GERAL DO DIREITO.

Palavras-chave
DIREITO CONSTITUCIONAL; CONSTITUIÇÃO
FEDERAL; CONSTITUCIONALISMO; ESTADO
DEMOCRÁTICO DE DIREITO; DIREITOS
FUNDAMENTAIS.

“O tempo é marcado. Datado. Medido. O impacto aumenta em nossas retinas quando saltam aos olhos os algarismos 0 (zero) e 5 (cinco). É o caso da presente obra que exige de cada um dos autores um juízo de valor sobre o que se passou desde o 5 de outubro de 1988. Trinta e cinco anos de vigência. Inúmeros desafios, vitórias e derrotas de um povo. Dúvidas sobre o que se passa no presente. Projetos para o futuro. Contudo, não há bom vento para um barco que não sabe para onde ir. E não se sabe o destino sem reconhecermos o que somos. Nesse sentido, nossa identidade parte daquilo que lembramos. A presente obra nos demanda um exercício de memória. Não existe ‘co-memoração’ sem ‘re-memoração’. É lugar comum acreditar que resgatamos nossas memórias. Um erro comum, pois a memória é uma construção. Um exercício, no qual selecionamos aquilo que mereça/deva vir à tona.”

Álvaro Ricardo de Souza Cruz
Júlia Laureano Belan Murta
Ebe Fernandes Carvalho

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 3156

PREFÁCIO	
Álvaro Ricardo da Souza Cruz.....	19
O ATESTADO TESTEMUNHADO POR 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DA METODOLOGIA DO DIREITO CIVIL NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL; DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRAS EM JULGAMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Luiz Edson Fachin.....	21
Esclarecimento preambular para esta publicação.....	21
1 Nota prévia.....	22
2 Introdução: três premissas.....	23
3 Elementos da casuística de constitucionalização do direito pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil (STF) segundo princípios da legalidade constitucional.....	27
3.1 Primeiro exemplo.....	27
3.2 Segundo exemplo.....	28
3.3 Terceiro exemplo.....	29
3.4 Quarto exemplo.....	30
3.5 Quinto exemplo.....	30
3.6 Sexto exemplo.....	31
4 A legalidade constitucional no Brasil numa sala de emergência: a pandemia de Covid.....	32
5 Conclusões: três desafios.....	33
TRINTA E CINCO ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: AS VOLTAS QUE O MUNDO DÁ	
Luís Roberto Barroso.....	37
Introdução.....	37
Parte I – Revivendo o passado: antecedentes históricos da Constituição.....	38
I Do golpe de 64 ao Ato Institucional nº 5/68.....	38
II Dos anos de chumbo à abertura política.....	40
III Do ocaso do regime militar à convocação da Assembleia Constituinte.....	41
Parte II – Sonhando com o futuro: as promessas da Constituição.....	42
I “Carta cidadã” e “Constituição chapa branca”.....	42
II A separação de poderes.....	44
1 Poder Executivo.....	44
2 Poder Legislativo.....	45
3 Poder Judiciário.....	46
III As transformações da teoria constitucional.....	48
1 A doutrina brasileira da efetividade.....	48
2 Neoconstitucionalismo ou direito constitucional contemporâneo.....	49
3 A constitucionalização do direito.....	50
Parte III – Enfrentando a realidade: o desempenho da Constituição.....	51
I Os diferentes governos.....	51
1 Os governos Sarney, Collor e Itamar Franco.....	51
2 O Governo Fernando Henrique Cardoso.....	52
3 O Governo Luiz Inácio Lula da Silva.....	53
4 O Governo Dilma Rousseff.....	53
5 O Governo Michel Temer.....	54

6	O Governo Jair Bolsonaro.....	54
7	O início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.....	55
II	As principais emendas à Constituição.....	56
1	Mudanças na Constituição econômica.....	56
2	Possibilidade de reeleição dos chefes do Executivo.....	57
3	A criação do Ministério da Defesa.....	58
4	Reformas da Previdência.....	58
5	Outras reformas.....	60
III	Os momentos críticos.....	60
1	Dois <i>impeachments</i>	60
2	Mensalão e Operação Lava Jato.....	61
3	Populismo autoritário.....	62
	Conclusão – Tocando em frente.....	63
I	Uma agenda para o Brasil.....	63
II	Encerramento.....	66

FEDERALISMO COOPERATIVO ECOLÓGICO EFETIVO: COORDENAÇÃO, FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO

Rosa Weber	67	
1	Notas introdutórias.....	67
2	Federalismo cooperativo ecológico e o equacionamento das competências administrativas – Um tripé incompleto.....	71
3	Para além da coordenação administrativa mediante o equacionamento de competências: a faceta financeira de um federalismo cooperativo ecológico efetivo.....	76
4	Completando o tripé: a faceta participativa do federalismo cooperativo ecológico brasileiro.....	82
5	Porosidade cooperativa: influxos, diálogos e contribuições de direito internacional.....	86
6	Considerações finais.....	88

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO E OS SEUS REFLEXOS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Luiz Fux	91	
	Introdução.....	91
1	O fenômeno da constitucionalização do processo.....	92
2	Aplicações do direito constitucional processual na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	96
	Conclusão.....	101
	Referências.....	101

ERRADICAÇÃO DA POBREZA E COMBATE À FOME À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Cristiano Zanin Martins	103	
1	Introdução.....	103
2	Pobreza.....	106
2.1	Previsão constitucional de erradicação da pobreza.....	108
2.2	Tratados internacionais: direitos humanos e pobreza.....	111
3	Fome.....	113
3.1	Direito à alimentação.....	114
3.2	Iniciativas de combate à fome.....	115
3.2.1	Programa Bolsa Família.....	117
3.2.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	119
3.2.3	Programa de Aquisição de Alimentos.....	119
4	Conclusão.....	120
	Referências.....	120

HANNAH ARENDT E A DEFESA DA DEMOCRACIA

José Antonio Dias Toffoli	123
1 Introdução.....	123
2 A sociedade em rede e a quebra da tradição na esfera pública	124
3 A atualidade das reflexões de Hannah Arendt na era da pós-verdade.....	126
4 O filisteísmo e a sociedade de massas	130
5 A defesa das instituições democráticas pelo Supremo Tribunal Federal.....	134
6 Conclusão.....	135
Referências	137

AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO REGIONAIS – O FEDERALISMO BRASILEIRO

Paulo Dias de Moura Ribeiro	139
1 Apresentação	139
2 Introdução.....	139
3 Posição jurídica	140
4 Rumos do federalismo	142
5 A origem da Federação americana.....	143
6 Jurisprudência selecionada sobre federalismo (STF e STJ).....	144
7 Conclusões	147
Referências	147

AS FRONTEIRAS DA NOÇÃO CONTEMPORÂNEA DA LEGALIDADE

Joel Ilan Paciornik, Valdir Ricardo Lima Pompeo Marinho	149
Introdução.....	149
1 A gênese do direito não legislado	150
2 A consolidação do direito escrito	151
3 A subordinação das leis aos primados constitucionais e o pós-positivismo	155
4 A atividade jurisdicional como instrumento de ratificação dos primados constitucionais.....	157
Conclusão.....	160
Referências	161

O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E SUA PREVISÃO EM NORMA EXPRESSA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Regina Helena Costa	165
1 Introdução.....	165
2 Capacidade contributiva: conceito e acepções	166
3 Princípios derivados.....	167
3.1 Solidariedade contributiva	167
3.2 Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco	168
4 A aplicação do princípio da capacidade contributiva nos tribunais superiores	169
4.1 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	169
4.2 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	173
5 Conclusão.....	176
Referências	176

ACESSO À JUSTIÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UMA PESQUISA SOBRE O AMBIENTE VIRTUAL EM QUE OCORRE A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Luiz Alberto Gurgel de Faria, Rodrigo Maia da Fonte	179
Introdução.....	179
1 Transformação digital e acesso à justiça.....	180
2 A metodologia.....	183
3 Realização e achados da pesquisa	184
3.1 Considerações.....	190
Considerações finais.....	191
Referências	192

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Humberto Martins	195
1 Introdução.....	195
2 Consolidação do direito fundamental à saúde.....	196
3 Dos titulares e da fruição do direito fundamental à saúde	198
3.1 Prestação de serviços relativos à saúde e repartição de competências no SUS – Legitimidade passiva nas ações visando à efetivação do direito fundamental à saúde	201
4 Conclusão.....	206
Referências	207

OS 35 ANOS DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Benedito Gonçalves, Camile Sabino	209
Introdução.....	209
1 Histórico da democracia	210
2 A evolução democrática mundial	211
3 O constitucionalismo democrático.....	213
4 A preocupação com a estabilidade democrática brasileira	214
5 Dos 35 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.....	214
6 Contexto histórico e motivações para a Constituição de 1988	215
6.1 Ditadura militar e a redemocratização do Brasil	215
6.2 Movimentos sociais e a luta por direitos humanos	216
6.3 Assembleia Nacional Constituinte: processo de elaboração da Constituição ...	216
7 Características e inovações da Constituição de 1988	217
7.1 Desafios para a implementação dos direitos fundamentais e garantias individuais.....	217
7.2 Consolidação dos direitos sociais.....	218
7.3 Organização dos poderes e sistema de governo	219
7.4 Relações entre os entes federativos.....	219
8 Avanços e conquistas advindos da Constituição de 1988.....	220
8.1 Igualdade de gênero e combate à discriminação racial	220
8.2 Direito à saúde, educação e moradia	221
8.3 Proteção do meio ambiente e direitos indígenas	222
9 Limitações da Constituição de 1988.....	223
9.1 Reformas constitucionais e necessidades contemporâneas.....	223
9.2 Obstáculos à efetivação dos direitos sociais	223
9.3 Judicialização da política e do direito constitucional.....	224
9.4 O papel do poder público na promoção dos direitos garantidos na Constituição.....	225
Considerações finais.....	226
Referências	227

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO PENAL NOS 35 ANOS DE VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Marcelo Costenaro Cavali	229
1 Introdução.....	229
2 Direitos fundamentais e processo penal	230
3 A conformação do direito penal material à Constituição de 1988.....	233
4 Controle de constitucionalidade da execução penal	234
5 Conclusão.....	236
Referências	236

RECLAMAÇÃO E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: UMA ANÁLISE
EVOLUTIVA DO INSTITUTO A PARTIR DA RECLAMAÇÃO Nº 4.374/PE E À LUZ
DO SISTEMA DE PRECEDENTES DO CPC/2015

Mauro Luiz Campbell Marques	239
1 Introdução.....	239
2 Reclamação: breve histórico e evolução	240
3 Reclamação e controle de constitucionalidade.....	241
3.1 A Reclamação nº 4.374/PE	244
4 Cabimento de reclamação em controle de constitucionalidade no STF: um balanço positivo	245
5 Considerações finais.....	248
Referências	249

OS 35 ANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Luis Felipe Salomão, Mônica Drumond	251
1 Um Tribunal Nacional para as questões de direito comum: sua criação	251
2 A composição do Superior Tribunal de Justiça	253
3 O art. 104 da Constituição Federal de 1988 – Estrutura do Superior	255
4 Competências de um Tribunal de Superposição	257
5 O art. 105 da Constituição Federal e a atuação do Superior Tribunal de Justiça.....	259
5.1 Art. 105, I, “a” – Competência originária em crimes comuns e de responsabilidade	260
5.2 Art. 105, I, “b” – Competência originária para os mandados de segurança e os <i>habeas data</i>	262
5.3 Art. 105, I, “c” – Competência originária para o <i>habeas corpus</i>	262
5.4 Art. 105, I, “d” – Conflitos de competência entre tribunais, entre tribunais e juízes e entre juízes de tribunais diversos	262
5.5 Art. 105, I, “e” – Revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados	262
5.6 Art. 105, I, “f” – Reclamação.....	262
5.7 Art. 105, I, “g” – Conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias	263
5.8 Art. 105, I, “h” – Mandado de injunção.....	263
5.9 Art. 105, I, “i” – Homologação de sentença estrangeira e <i>exequatur</i>	263
5.10 Art. 105, II, “a” – Competência recursal ordinária para o <i>habeas corpus</i>	264
5.11 Art. 105, II, “b” – Competência recursal ordinária para o mandado de segurança	264
5.12 Art. 105, II, “c” – Competência recursal ordinária nas causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa residente ou domiciliada no país	265
5.13 Art. 105, III, “a” – Recurso especial em caso de contrariedade a tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.....	265
5.14 Art. 105, III, “b” – Recurso especial contra decisão que considerar válido ato de governo local ante lei federal.....	267
5.15 Art. 105, III, “c” – Recurso especial em caso de interpretação divergente da lei federal entre tribunais.....	267
5.16 Art. 105, parágrafo único, I – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	269
5.17 Art. 105, parágrafo único, II – Conselho da Justiça Federal	270
Referências	271

O DIREITO À CONSULTA E PARTICIPAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS NOS 35 ANOS DE CONSTITUIÇÃO

Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Diogo Bacha e Silva, Guilherme Ferreira Silva	273
Introdução.....	273
1 Uma breve história do direito à consulta e à participação no plano nacional: um direito fundamental que descortina os limites do monismo jurídico e do direito liberal	274

2	Conteúdo, extensão e aplicação do direito à consulta e à participação no constitucionalismo brasileiro: as tensões constitutivas no direito à autodeterminação dos povos indígenas e tradicionais	278
	Considerações finais.....	285
	Referências	286

35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM ACERTO DE CONTAS COM O NEOLIBERALISMO

	Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Bernardo Augusto Ferreira Duarte, Bernardo Gomes Barbosa Nogueira	287
1	Introdução.....	287
2	As bases anticonstitucionais do neoliberalismo: uma denúncia do fabulista....	289
2.1	O neoliberalismo: aglutinador de conservadores e libertários e catalisador de ataques contra as pretensões igualitária e inclusiva extraíveis da Constituição.....	289
2.2	O neoliberalismo como ideologia simbólica: violência e dominação	305
3	Conclusão: um breve acerto de contas	315
	Referências	316

CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO PELA ALFABETIZAÇÃO: ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL DESDE A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E PERSPECTIVAS FUTURAS

	Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Julia Laureano Belan Murta, Ebe Fernandes Carvalho	319
1	Introdução.....	319
2	Inserção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como direito na Constituição de 1988.....	320
3	Políticas públicas voltadas para EJA e alfabetização.....	321
3.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	321
3.2	Programa Brasil Alfabetizado (PBA).....	322
3.3	O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).....	323
3.4	O Plano Nacional de Educação (PNE) e suas metas: foco na alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	324
4	Evolução do índice de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.....	325
4.1	Materiais e métodos	325
4.2	Resultados e discussão.....	325
5	Diálogos com Paulo Freire em “pedagogia do oprimido” e a alfabetização como motor de transformação social.....	327
6	Considerações finais.....	329
	Referências	331

O ESTADO DE DIREITO E O ESTADO DE EXCEÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA BRASILEIRA

	Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Daniel Guimarães Medrado de Castro	333
I	Introdução.....	333
II	O surgimento do Estado de direito e o papel da legalidade	335
III	As fissuras no referencial originário do Estado de direito	339
IV	Conclusão.....	343
	Referências	344

O AMICUS CURIAE ESPECIALISTA NO PROCESSO CONSTITUCIONAL

	Sérgio Cruz Arenhart.....	347
1	O processo constitucional e suas especificidades	347
2	Quem é esse <i>amicus curiae</i> ?	348
3	O estado da ciência e a manifestação de especialista	352
4	A produção do depoimento de especialista no processo constitucional.....	354

5	Depoimentos de especialistas e pseudociências	355
6	Acareação entre especialistas.....	358
6.1	A acareação de especialistas em outros sistemas jurídicos	358
6.2	A acareação de especialistas no direito brasileiro.....	360
7	Apoio técnico para a solução de questões jurídicas	361
	Referências	362

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 35 ANOS: AINDA UMA DISPUTA POR POSIÇÕES INTERPRETATIVAS

José Geraldo de Sousa Junior	363
O que a Constituição ainda tem a oferecer?	364
Impasses atuais	366
Reformas trabalhista e previdenciária – Como compreender essa mudança de rumo?	367
Em direção a um constitucionalismo achado na rua.....	368

“CONVÍVIO DEMOCRÁTICO”: UTOPIA INSTITUCIONAL E CHAVE HERMENÊUTICA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

José Rodrigo Rodriguez	379
1 Introdução.....	379
2 Utopia institucional e Estado democrático de direito	381
3 Uma imagem da emancipação agônica e socializante	385
3.1 Convívio democrático	385
3.2 Tecnologias de convívio: stress democrático, lugares protegidos, lugares de contato e multinormatividade	389
4 Conclusão.....	395
Referências	396

A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL E A CONSTITUIÇÃO

Gilberto Bercovici, Viviane Alves de Moraes	399
1 A autonomia do Banco Central e o final do ciclo iniciado em 1964	399
2 A posição do Supremo Tribunal Federal e a quebra constitucional	401
3 Questões essenciais trazidas pela autonomia do Banco Central	408
4 A solução para a autonomia do Banco Central	414

APONTAMENTOS SOBRE A CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

Leonardo de Araújo Ferraz, Daniel Martins e Avelar	417
1 Introdução.....	417
2 Gênese imperativa do direito administrativo de matriz francesa	419
3 A natureza autoritária e impositiva da Administração Pública nas Constituições brasileiras do período pré-1988	422
4 A Constituição de 1988, o telos eficiência de um Estado transformado e os paradigmas da participação e do consenso na Administração Pública.....	425
5 Conclusão.....	432
Referências	432

A ATIVIDADE PARLAMENTAR E A REFORMA CONSTITUCIONAL: OS 35 ANOS DE ATUAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL COMO CONSTITUINTE DERIVADO

Bárbara Brum Nery, João Trindade Cavalcante Filho, Bonifácio José Suppes de Andrada	435
1 Reforma constitucional e alocação de competências.....	435
2 Um retrato das propostas de emendas à Constituição (PEC)	437
3 A aprovação das PECs e como as casas legislativas interpretam a Constituição	439
3.1 O parlamento como ponto de flexibilização de limites formais: a extinção do interstício entre os turnos de votação	441
3.1.1 Senado Federal	442

3.1.2	Câmara dos Deputados	445
4	Conclusão.....	445
	Referências	446
A EVOLUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: AMPLIAÇÃO E EFETIVIDADE		
	Gustavo Costa Nassif, Mariana Bueno Resende	449
1	Introdução.....	449
2	A Constituição de 1988 e a efetivação da participação cidadã na Administração Pública.....	450
3	A Lei nº 13.460/2017 e o controle social da atividade estatal.....	456
4	Considerações finais.....	459
	Referências	460
A PUBLICIDADE NO PROCESSO DELIBERATIVO DOS TRIBUNAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICO-COMPARATIVA ENTRE O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DA ESPANHA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL		
	Gláucio Maciel Gonçalves, Valber Elias Silva	463
	Introdução.....	463
1	A importância da jurisdição constitucional para a defesa da Constituição e o princípio da publicidade para realização democrática	463
2	O modelo de deliberação secreta no Tribunal Constitucional espanhol	464
3	O modelo de deliberação amplamente pública no Supremo Tribunal Federal brasileiro.....	467
4	Análise crítico-comparativa entre Tribunal Constitucional espanhol e Supremo Tribunal Federal brasileiro.....	471
	Conclusão.....	473
	Referências	474
A ERA DO ALGORITMO E IMPACTOS SOBRE AS DECISÕES HUMANAS: OS DESAFIOS À DEMOCRACIA E AO CONSTITUCIONALISMO		
	José Adércio Leite Sampaio, Ana Carolina Marques Tavares Costa	477
1	Introdução.....	477
2	O controle algorítmico	477
3	Os riscos da governança algorítmica	480
4	É possível controlar os danos?	483
5	Considerações finais.....	485
	Referências	486
O QUE DEIXAMOS DE FAZER: CONSTITUIÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E FORÇAS ARMADAS		
	Daniel Sarmiento, João Gabriel Madeira Pontes	489
1	Introdução.....	489
2	Constituição, segurança pública e direitos fundamentais	491
3	Forças Armadas, poder civil e democracia	495
4	Conclusão.....	501
A TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES PRIVADAS		
	Gustavo Tepedino	503
I	Introdução: projeção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais sobre o direito privado.....	503
II	A influência dos direitos humanos e fundamentais no direito contratual.....	510
III	A influência dos direitos humanos e fundamentais na responsabilidade civil.	514
IV	A influência dos direitos humanos e fundamentais no direito de propriedade	518
V	A influência dos direitos humanos e fundamentais no direito de família	522
VI	Conclusão.....	524
	Referências	525

SOBERANIA ECONÔMICA, DIREITOS HUMANOS E OS TRATADOS DE
INTEGRAÇÃO: POR UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DO ART. 4º, PARÁGRAFO
ÚNICO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

André de Carvalho Ramos, Denise Neves Abade	527
Introdução: a proposta do artigo.....	527
1 Soberania e a cooperação entre os Estados	528
2 A integração econômica e o Mercado Comum do Sul	529
3 O direito da integração e a proteção dos direitos humanos: a melhoria das condições sociais e econômicas dos indivíduos como objetivo final da integração.....	532
4 A proteção de direitos e sua carga legitimadora do processo de integração.....	534
5 O direito da integração e a Constituição de 1988.....	536
5.1 O Supremo Tribunal Federal e o estatuto normativo dos tratados do Mercosul: equiparados à lei interna.....	536
5.2 Por uma nova visão do direito da integração: a suprallegalidade como solução de compromisso.....	538
Conclusão.....	540
Referências	540

O ART. 167, IV (NÃO AFETAÇÃO), EM 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Fernando Facury Scaff	543
Introdução.....	543
I Mudanças normativas no art. 167, IV, até seu texto atual.....	543
I.1 A vinculação para ensino e para ciência e tecnologia do art. 218, §5º, CF/88	546
I.2 O art. 167, IV, CF/88: vinculação, afetação, referibilidade, priorização, rateio federativo e despesas obrigatórias	546
II Exegese das exceções previstas no art. 167, IV, CF/88.....	549
III A interpretação do art. 167, IV, pelo STF.....	550
III.1 Não afetação apenas para impostos.....	550
III.2 Vinculação ao ensino, universidades, ciência e tecnologia.....	551
III.3 Vinculação à saúde	554
III.4 Não vinculação a fundos	555
III.5 Vínculos obrigatórios determinados pelos estados aos municípios	557
III.6 A possibilidade de destinação na LOA	558
Conclusões: as necessárias diretrizes de espaço (federalismo), tempo (orçamento) e prioridade (direitos fundamentais) na análise do art. 167, IV	559
Referências	562

DESAFIOS PARA A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PELO MINISTÉRIO
PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Aurélio Virgílio Veiga Rios	565
--	-----

O DIREITO FUNDAMENTAL À CIDADE, RAZÕES DE SUA (IN)EFETIVIDADE E
CAMINHOS PARA A SUA CONCRETIZ(AÇÃO)

Cristiana Fortini, Maria Fernanda Veloso Pires	571
1 Introdução.....	571
2 Direito fundamental à cidade	571
3 Razões da (in)efetividade	573
4 Caminhos para a efetivação e para a concretização.....	578
5 Considerações finais.....	583
Referências	584

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À PROPRIEDADE RURAL NA
CONSTITUIÇÃO DE 1988: IMPASSE QUE PERMANECE

Ela Wiecko V. de Castilho	587
1 As demandas do MST e as mudanças no mundo rural brasileiro, de 1985 a 2023	588

2	Convergências e divergências sobre a questão agrária na Assembleia Nacional Constituinte	591
3	A propriedade da terra rural e o acesso a ela na Constituição de 1988	593
4	Interpretações do STF no período 1989-2023	597
5	Considerações finais	599
	Referências	600

DERROTABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

José Arthur Castillo de Macedo	603
Introdução	603
I Controvérsias sobre derrotabilidade	604
II Normas constitucionais inderrotáveis	607
II.1 Derrotabilidade e o debate brasileiro sobre regras e princípios	607
II.2 Derrotabilidade das normas constitucionais brasileiras	611
II.2.1 Direitos fundamentais	612
II.2.1.1 Uniões estáveis homoafetivas	612
II.2.1.2 Inviolabilidade de domicílio	614
II.2.2 Normas sobre a produção normativa	616
II.2.2.1 Normas formais sobre a produção jurídica	616
II.2.2.2 Normas materiais sobre a produção jurídica	619
Considerações finais	622
Referências	623

A CONSTITUIÇÃO, O STF E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Assusete Magalhães, Marco Túlio Reis Magalhães	627
1 Introdução	627
2 Democracia participativa na Constituição federal de 1988	629
3 Democracia participativa e Administração Pública	632
4 O papel do STF na defesa constitucional da democracia participativa: o exemplo dos colegiados administrativos que formulam, deliberam e decidem sobre políticas públicas	636
4.1 O caso da ADI nº 6.121 MC – Extinção, via decreto, de colegiados previstos em lei	637
4.2 O caso da ADPF nº 622 – Alteração da composição e do funcionamento do Conanda	639
4.3 O caso da ADPF nº 623 – Alteração da composição e do funcionamento do Conama	640
4.4 O caso da ADPF nº 651 – Alteração da composição e do funcionamento do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Conselho Nacional da Amazônia Legal, e extinção do Comitê Orientador do Fundo Amazônia	644
5 Conclusão	646
Referências	648

SOBRE OS AUTORES	651
------------------------	-----

Álvaro Ricardo de Souza Cruz

Pós-Doutor pela UFMG. Mestre e Doutor em Direito pela UFMG. Desembargador do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Ana Carolina Marques Tavares Costa

Mestranda na linha Constitucionalismo Democrático do programa de pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Bolsista Capes Taxa. Advogada. Graduada em Direito pela PUC Minas. Integrante do Grupo de Estudos Avançados em Direitos Fundamentais, Processo Democrático e Jurisdição Constitucional vinculado ao PPGD da PUC Minas. Integrante do grupo de estudos Constitucionalismo e Direitos na Era Digital – Algotatr.IA, vinculado ao PPGD PUC Minas. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

André de Carvalho Ramos

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco). Professor titular de pós-graduação *stricto sensu* e Coordenador de mestrado acadêmico da UNIALFA. Doutor e Livre-Docente em Direito Internacional (USP). Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade de São Paulo. Procurador Regional da República. Primeiro Secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República (2017-2019). Coordenador do grupo “Migração e Refúgio” da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Observador do Ministério Público Federal no Comitê Nacional para os Refugiados (Conare/Ministério da Justiça e Segurança Pública). Acadêmico titular da Academia Paulista de Letras Jurídicas. Diretor da International Law Association – Ramo brasileiro. Diretor da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (SBDI).

Assusete Magalhães

Ministra integrante da Segunda Turma e Presidente da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça. Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas da Corte e integrante do Conselho da Justiça Federal.

Aurélio Virgílio Veiga Rios

Subprocurador-Geral da República. Ex-Procurador Federal dos Direitos do Cidadão. Formado em Direito na Universidade de Brasília. Mestre em Direito pela Universidade de Bristol – Inglaterra (*LLM in Public Law*). Professor de Direitos Difusos do IACT/UDF desde 1999.

Bárbara Brum Nery

Mestre e Doutora em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Processual e Graduada em Direito pela PUC Minas. Professora universitária. Advogada criminalista.

Benedito Gonçalves

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Direito Processual Civil. Mestre em Direito. Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral (CGE).

Bernardo Augusto Ferreira Duarte

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Constitucional pelo Instituto de Educação Continuada – PUC Minas. Professor universitário. Defensor Público no Estado de Pernambuco.

Bernardo Gomes Barbosa Nogueira

Doutor em Teoria do Direito pela PUC Minas. Mestre em Ciências Jurídico-Filosóficas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professor do curso de Direito e do programa de pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce. Membro do NIESD – Núcleo Interdisciplinar Educação, Saúde e Direitos. Mediador judicial.

Bonifácio José Suppes de Andrada

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Advogado.

Camile Sabino

Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Unieuro. Pós-Graduada em Contratos e Responsabilidade Civil pelo Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Especialista em Governo e Direito pela Universidad Autonoma de Madrid. Especialista em Administração Pública pela École Nationale D’administration – L’ÉNA, em Paris. Ex-Subconsultora jurídica da Consultoria Jurídica do Distrito Federal. Assessora de Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves.

Cristiana Fortini

Advogada. *Visiting Scholar* pela George Washington University. Doutora em Direito Administrativo pela UFMG. Professora da Graduação, Mestrado e Doutorado da UFMG. Professora visitante da Università di Pisa. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Sócia da Pires, Fortini Advogados.

Cristiano Zanin Martins

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou como advogado, com publicações de diversos artigos e obras jurídicas.

Daniel Guimarães Medrado de Castro

Doutorando e Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Público: Transparência, Controle e Contas pela Escola do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Advogado. Foi Secretário de Estado Adjunto de Saúde de Minas Gerais, Vice-Presidente da Fundação Ezequiel Dias, Procurador-Chefe da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Ouvidor de Prevenção e Combate à Corrupção do Estado de Minas Gerais. Atualmente é Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais.

Daniel Martins e Avelar

Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Subcontrolador de Correição do Município de Belo Horizonte/MG.

Daniel Sarmento

Advogado. Professor titular de Direito Constitucional da UERJ. Mestre e Doutor em Direito pela UERJ. Foi *Visiting Scholar* da Yale Law School. Coordena a Clínica de Direitos Fundamentais da UERJ.

Denise Neves Abade

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* do IDP (Doutorado). Doutora em Direito pela Universidad de Valladolid (Espanha). Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da USP (Largo São Francisco). Procuradora Regional da República. Coordenadora do Grupo Equity & Criminal Justice, do Berkeley Center on Comparative, Equality & Anti-Discrimination Law (Faculdade de Direito da Universidade de Califórnia, Berkeley). Coordenadora Nacional do Grupo “Preso Estrangeiro” da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Representante do Ministério Público Federal na Rede de Gênero da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos. Secretária adjunta da Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria-Geral da República (2017-2019).

Diogo Bacha e Silva

Realizou estágio de Pós-Doutorado em Direito na UFMG. Doutor em Direito pela UFRJ. Mestre em Direito pela FDSM. Membro do OJB/FND e da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano. *E-mail*: diogobacha@gmail.com.

Ebe Fernandes Carvalho

Advogada.

Ela Wiecko V. de Castilho

Subprocuradora-Geral da República aposentada. Integrou o Fórum contra a Violência no Campo enquanto Coordenadora de Direitos Humanos da Secretaria de Coordenação de Direitos Individuais e Interesses Difusos do Ministério Público Federal (SECODID). Na qualidade de Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana (CNDDPH). Docente e pesquisadora dos cursos de pós-graduação de Direito e de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Facury Scaff

Professor titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo. Advogado sócio de Silveira, Athias, Soriano de Mello, Bentes, Lobato & Scaff – Advogados.

Gilberto Bercovici

Professor titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor do programa de pós-graduação em Direito da Universidade Nove de Julho – Uninove. Doutor em Direito do Estado e Livre-Docente em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo. Advogado.

Gláucio Maciel Gonçalves

Professor associado de Processo Civil da UFMG. Mestre e Doutor em Direito pela UFMG, com estudos de pós-doutorado na Universidade de Freiburg, Alemanha. Juiz federal em Belo Horizonte. *E-mail*: gfmfg@ufmg.br.

Guilherme Ferreira Silva

Doutor em Direito pela UFMG. Mestre e Graduado em Direito Público pela PUC Minas. Professor de Direito. Chefe de Gabinete no TRF6. *E-mail*: guilherme.direito@yahoo.com.br.

Gustavo Costa Nassif

Doutor e Mestre em Direito Público pela PUC Minas, com pós-doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa. Subcontrolador de Ouvidoria do Município de Belo Horizonte/MG. Presidente do Instituto de Defesa da Cidadania e da Transparência – IDCT. Professor.

Gustavo Tepedino

Professor Titular de Direito Civil e Ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sócio-Fundador do Escritório Gustavo Tepedino Advogados.

Humberto Martins

Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

João Gabriel Madeira Pontes

Advogado, Doutorando e Mestre em Direito pela UERJ. Integra a Clínica de Direitos Fundamentais da UERJ.

João Trindade Cavalcante Filho

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Consultor legislativo do Senado Federal. Professor dos programas de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

Joel Ilan Paciornik

Doutorando em Direito. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS. Palestrante e Conferencista. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

José Adércio Leite Sampaio

Pós-Doutor pela Universidad de Castilla la Mancha. Doutor em Direito. Coordenador do curso de mestrado e doutorado em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara. Professor da PUC Minas e ESDHC/Brasil. Procurador da República. Coordenador do grupo de estudos Constitucionalismo e Direitos na Era Digital – Algotr.IA, vinculado ao PPGD PUC Minas.

José Antonio Dias Toffoli

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020). Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2014-2016). Ex-Advogado-Geral da União (2007-2009). Ex-Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (2003-2005).

José Arthur Castillo de Macedo

Professor de Direito no IFPR – *Campus* Colombo. Pesquisador do CCONS – Centro de Estudos da Constituição (PPGD-UFPR) e do Constate – Centro de Estudos de Federalismo e Direito Estadual. Assessor no Supremo Tribunal Federal.

José Geraldo de Sousa Junior

Professor titular (jubilado) da Faculdade de Direito e Ex-Reitor da Universidade de Brasília (2008-2012). Membro benemérito do Instituto dos Advogados Brasileiros. Coordenador do Projeto O Direito Achado na Rua.

José Rodrigo Rodriguez

Professor da Unisinos (graduação, mestrado e doutorado). Pesquisador do Cebrap. Autor de *Páginas livres* (LiberArs, 2022), *Direito das lutas* (LiberArs, 2019), *Como decidem as cortes?* (FGV, 2013) e *Fuga do direito* (Saraiva, 2009). Foi Pesquisador-Visitante no Instituto Latino-Americano da Universidade Livre de Berlim e Professor-Visitante na Universidade Goethe de Frankfurt. É Pesquisador-Associado do Mecila (Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality In Latin America), centro de pesquisa financiado pelo Ministério de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), coordenado pela Universidade Livre de Berlim e integrado pela Universidade de Colônia, pelo Instituto Ibero-Americano (Stiftung Preußischer Kulturbesitz), além da Universidade de São Paulo, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, do El Colegio do México e do Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (Conicet) da Universidad Nacional de La Plata.

Julia Laureano Belan Murta

Advogada atuante. Pós-Graduanda em Direito Empresarial pela Escola Brasileira de Direito.

Leonardo de Araújo Ferraz

Doutor e Mestre em Direito Público pela PUC Minas, com pós-doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa. Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte/MG.

Luis Felipe Salomão

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Corregedor Nacional de Justiça. Foi Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral. Coordenador do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Presidente do Conselho Editorial da *Revista Justiça & Cidadania*.

Luís Roberto Barroso

Professor titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor do Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Doutor e Livre-Docente pela UERJ. Mestre pela Yale Law School. *Senior Fellow* na Harvard Kennedy School.

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor de Direito Tributário na UFRN, atualmente em colaboração com a Universidade de Brasília (UnB), e no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Nove de Julho (Uninove). Membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (ANRL), da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte (ALEJURN) e do Instituto Potiguar de Direito Tributário (IPDT). Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Luiz Edson Fachin

Ministro do STF. *Alma mater*: UFPR.

Luiz Fux

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Professor Titular de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e Livre-Docente em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

Marcelo Costenaro Cavali

Professor de Direito Penal da Fundação Getúlio Vargas. Consultor legislativo do Senado Federal.

Marco Túlio Reis Magalhães

Doutor e Mestre em Direito do Estado. Procurador Federal.

Maria Fernanda Veloso Pires

Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Doutora em Direito Público pela PUC Minas. Professora da Pós-Graduação em Direito da PUC Minas. Sócia da Pires, Fortini Advogados.

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Professora Doutora de Processo Penal da Universidade de São Paulo. Ministra Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Mariana Bueno Resende

Mestra em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Graduada em Finanças Públicas pela Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e em Direito Ambiental e Urbanístico pela PUC Minas. Assessora de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Professora.

Mauro Luiz Campbell Marques

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Metodista Bennett (UniBennett). Foi membro do Ministério Público do Amazonas de 1987 a 2008, e por três oportunidades foi Procurador-Geral de Justiça; Secretário de Justiça; Secretário de Segurança Pública; Controlador-Geral, todos cargos do mesmo ente federativo. Foi Corregedor-Geral da Justiça Federal entre 2016 e 2017 e Ministro do Tribunal Superior Eleitoral entre 2020 e 2022. É presidente da Segunda Turma e Membro da Primeira Seção e da Corte Especial do STJ. É Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde junho de 2008.

Mônica Drumond

Assessora de Ministro e Analista Judiciária no Superior Tribunal de Justiça. Especialista em Direito Administrativo Contemporâneo e Gestão Pública pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – Uniceub. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Viçosa/MG. Licenciada em Legal Writing Course pela University of California, Berkeley, EUA. Pós-Graduada em Direito Público, GovTech e RegTech pelo Instituto New Law. Aluna especial do curso de mestrado em Direito no Centro de Ensino Unificado de Brasília – Uniceub.

Paulo Dias de Moura Ribeiro

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Conselheiro do Conselho da Justiça Federal. Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa. Doutor em Direito Civil pela PUC-SP. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Coordenador científico do curso de Direito da Unisa. Professor titular da FDSBC. Professor do curso de pós-graduação da Uninove.

Regina Helena Costa

Livre-Docente em Direito Tributário. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora Associada de Direito Tributário da mesma universidade. Ministra do Superior Tribunal de Justiça. Autora dos livros *Curso de direito tributário – Constituição e Código Tributário Nacional* (Saraiva, 13ª ed., 2023); e *Código Tributário Nacional comentado em sua moldura constitucional* (Forense, 3ª ed., 2023), entre outros.

Rodrigo Maia da Fonte

Mestre do Mestrado Profissional em Direito do PPGPD da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam. Graduado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Juiz federal do TRF da 5ª Região.

Rosa Weber

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Sérgio Cruz Arenhart

Procurador Regional da República. Professor da UFPR. Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direito.

Valber Elias Silva

Mestrando em Direito pela UFMG. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Advogado. *E-mail*: valberelias@uol.com.br.

Valdir Ricardo Lima Pompeo Marinho

Doutorando em Direito. Mestre em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos-SP (Unimes). Especialista em Direito Processual Penal (ITE). Coordenador regional e Professor do curso de pós-graduação em Direito Processual Penal da Escola Paulista da Magistratura (EPM). Juiz auxiliar no Superior Tribunal de Justiça.

Viviane Alves de Moraes

Mestre em História Econômica, Doutora em Direito Civil e Pós-Doutoranda em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo. Advogada.